

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Ao trigésimo dia do mês de Setembro de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, através da videoconferência, devido às questões relacionadas ao COVID-19, com acesso pelo link <https://conferencia.pr.gov.br/CERMA>, e conforme Resolução 075/2020. Sendo assim, deu-se início a Reunião Descentralizada do Conselho Estadual dos Direitos dos Migrantes, Refugiados e Apátridas – CERMA fizeram-se presentes, conforme convocação os seguintes **Conselheiros Governamentais**: Ana Felícia Bodstein (SEJUF) – Titular; Edison Luiz Machado de Camargo (SEJUF/DAS) – Titular; Danilo Peres Buss (SECC) – Titular; Lucélio Helder Cherubim (SEED) – Suplente; Lucimar Pasin de Godoy (SESA) – Titular; Rosane Souza Freitas (SESA) – Suplente; Cláudio Marques Rolin e Silva (SESP) – Titular; **Conselheiros da Sociedade Civil**: Andressa Gongora Barboza (ARAS) – Titular, Marcia Terezinha Ponce (Cáritas Regional PR) – Titular; Marcos Vinícius Regazzo (Cáritas Regional PR) – Suplente; Renato de Souza Paulo (CAEBE) – Suplente; Rima Awada Zahrar (CRP) – Titular; Alisson Vinícius Silva Ferreira (CRP) – Suplente; Juliana Mara da Silva (CRESS) – Titular; Elizete Sant’Anna (Pastoral Curitiba) – Titular; Nadine Hyppolite Silvain – Suplente; **Demais participantes da reunião**: Mônica Silva (Ministério da Cidadania); Barbara Cravos (Ministério da Cidadania); Janaina Cristiano (FAS Curitiba); Christiane Zanette Mondardo (SMAS Medianeira); Silvana Mittmann Damaceno (CRAS Medianeira); Kaoane Ohana Schaufelberger (CRAS Medianeira); Ieda Inês Tolardo (SMDSF Quatro Barras); Carla Braun (SMDH Curitiba); Ayrton Leprevost Neto (Gestor CADUNICO São José dos Pinhais); Eugênio Guimarães (OIM Roraima); Érick Pérez Ortuño (Instituto Sendas Maringá); Madison Gonzales Garcia (UFPR Curitiba); Claudia Anjos – OIM; Luiza Gagliardi (Cáritas Curitiba); André Martins, Luana Lubke – (SEJUF/DAS); Gabriela Gonçalves Nogarolli – (MPPR); Gabriela Teixeira; Jane Vasques – Secretária Executiva; Graziella Molina (SEJUF/DEDIF); Ediane de Paula Machado Soares (Arquidiocese Londrina); Roselene Sonda – MPPR; Julia Crubellate; Isabella Traub; Paula Vanalli; Elias de Souza (Foz do Iguaçu); Paula Libera (OIM); Fernando Vanalli; Victor Jasper; Izabel Araujo Neckel – PUPC/PR; Geraldina Pereira de Freitas; Luis Evelio Acevedo (UNILA); Jaqueline Tontini (Foz do Iguaçu); Antonia de Meira Schena; Antonio Lorencini, Claudia Estorilio; Emmanuel Predestin; Jonas Rodrigues (Cáritas); Luan Mazieri; Raquel Carvalho; Tatyana Friedrich; **1. Abertura**: Inicialmente, a Presidente Marcia saudou a todos e todas presentes, em seguida solicitou que a Secretária Executiva Jane verifique o quórum da reunião. Não havendo quórum suficiente, foram



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

aguardados alguns minutos até os demais membros adentrarem à plenária. **2. Aprovação de Pauta:** A Presidente Marcia realizou a leitura das pautas a serem debatidas na reunião. Isabella solicitou a inclusão das pautas: Decisão do Rio Grande do Sul - Reunião Familiar de Haitianos; Atendimento na Polícia Federal. Cláudia solicitou que o ponto de pauta sobre a estratégia de interiorização seja o primeiro a ser tratado na reunião. A pauta foi aprovada por unanimidade. **3. Aprovação das Atas de Agosto:** A ata foi enviada previamente por *e-mail* para todos os conselheiros e conselheiras. Cláudia e Rosane solicitaram alterações via *e-mail*, estas que já foram realizadas e reencaminhadas para todos (as). Não havendo mais nenhuma objeção ou solicitação de alteração, a ata foi aprovada. **4. Ministério da Cidadania - Participação da Monica e da Bárbara:** A Presidente Marcia agradeceu a presença das representantes do Ministério da Cidadania, logo após explicou brevemente sobre as funções do CERMA, este que é proveniente da criação de um comitê voltado para o tema da migração, tornando-se um Conselho em 2015. A proposta desta pauta é produto de várias abordagens do Conselho sobre os processos de interiorização, os contextos de pandemia, fronteiras fechadas e abordagens sobre como estão sendo tratadas essas questões a partir da instância do Governo Federal. Mônica registrou que é servidora da Secretaria Nacional de Assistência Social e que atualmente está nesta área referente à Assessoria Especial de Assuntos de Migração, esta que foi criada a partir do fluxo intenso e grande demanda da população venezuelana. Em seguida, Bárbara Cravos se apresentou, esta que trabalha com Nilsarete e a Mônica na Assessoria Especial de Assuntos de Migração e vem acompanhando a temática desde 2016. Primeiramente, Mônica agradeceu muito pela oportunidade de diálogo e ressaltou que o sucesso das estratégias de interiorização está na articulação entre as entidades e os órgãos responsáveis. Além disso, destacou a importância da participação da OIM e ACNUR, estes que são parceiros fundamentais na estratégia de interiorização. Em seguida, indicou que a Operação Acolhida é uma resposta federal à questão do grande fluxo migratório venezuelano no território brasileiro e tem sua intensificação a partir de 2018, mas que desde 2016 as equipes estão sendo acionadas para apoiar o Estado de Roraima e que em 2018 obteve a institucionalização da Operação Acolhida com a compreensão que é uma situação emergencial e nacional, não se contendo apenas na Região Norte do País. Em 2018 o Governo Federal por meio de normativas reconheceu a Vulnerabilidade por Crise Humanitária, onde hoje a situação venezuelana é reconhecida



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

como crise humanitária. Em 2019, os Gestores da Assistência Social também reconheceram a vulnerabilidade perante à crise do povo venezuelano, sendo um dos pontos que serão tratados na apresentação referente aos recursos emergenciais dos municípios. A Operação Acolhida tem sua estrutura formada pelo Comitê Federal que é coordenado pela Casa Civil, Assessorias de Informação e Comunicação, 04 subcomitês - recepção, identificação e triagem, acolhimento, interiorização e saúde -, coordenação operacional, força-tarefa logística-operacional e as parcerias. A Operação Acolhida possui 03 eixos estratégicos: Ordenamento de Fronteira; Acolhida e Interiorização. O ordenamento é o momento de recepção, identificação, verificação dos documentos, se é caso de crianças ou adolescentes desacompanhados, questões de saúde, realizando a imunização e demais demandas sociais. O segundo eixo da operação é o da Acolhida onde serão realizados os atendimentos necessários para a adaptação dos povos migrantes, essa demanda atualmente é muito grande e esse eixo - coordenado pelo subcomitê de acolhimento - é a oferta de abrigo provisório, esses que são organizados por perfis - indígenas, não-indígenas, solteiros (as), casais sem filhos, famílias e etc. O último eixo da operação é a Interiorização, este que é o deslocamento dos Estados de Roraima e Amazonas para outras Regiões do Brasil buscando maiores oportunidades de integração social para essas pessoas e grupos. Para além dos abrigos, também formam-se ocupações espontâneas que se rearranjaram onde a Operação Acolhida visa dar algum apoio. Mônica também expôs que o grande objetivo da estratégia de interiorização - que é inovadora conforme levantado por outros países - é perceber que o território de fronteira dificilmente dará conta de promover uma integração com acesso a todos os direitos, oportunidades de inserção laboral e demais condições necessárias. Para isso, a interiorização busca promover o deslocamento para regiões em que essas pessoas tenham maiores possibilidades e oportunidades. Referente às pessoas atendidas, até Agosto de 2021, quase 59 mil pessoas já participaram das estratégias de interiorização, se deslocando para 738 municípios no total - sendo Curitiba a segunda colocada entre os municípios que mais receberam, atrás apenas de Manaus. A interiorização possui 3 modalidades, estas que são: Abrigo; Reunificação Familiar/Reunião Social e Vaga de Emprego Sinalizada. Em relação à pandemia, no início houve uma queda muito grande no processo de interiorização até que foi possível realizar os atendimentos em grande escala de forma protegida e estruturada para retomada dos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

atendimentos. Por fim, Mônica destacou os apoios que vêm sendo realizados pela Operação Acolhida provêm dos recursos do SUAS - Sistema Único de Assistência Social - e são de caráter emergencial, sendo 400 reais por pessoa por 06 meses e que não possui nenhuma garantia de renovação. Na última portaria expedida, a Portaria nº 641 de 09 de Julho, onde 16 entes que solicitaram recursos receberam aprovação, o método de solicitação é via *e-mail* com um ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social ou do Prefeito (a). A Presidente Marcia agradeceu a fala da Mônica e da Bárbara e passou a fala para o Eugênio e demais membros. **5. Apoio da OIM e ACNUR na Estratégia de Interiorização** : Em seguida, Eugênio realizou uma breve apresentação referente ao trabalho realizado pela OIM no Brasil, esta que atua no país desde 2016 com sede em Brasília (DF) e atuação em mais 12 cidades brasileiras com uma equipe voltada em respostas da crise migratória da região norte do Brasil. A OIM tem sua sede no país em Brasília e está presente em outras 12 cidades: Belém, Belo Horizonte, Boa Vista, Chapecó, Curitiba, Florianópolis, Manaus, Pacaraima, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. No total, mais de 200 funcionários compõem a equipe nacional. As principais atividades da OIM no território nacional são a assistência ao migrante, trabalho conjunto com o Governo Federal, Estados e Municípios, pesquisas sobre o direito migratório. A equipe da OIM realiza entrevistas com os migrantes a fim de identificar vulnerabilidades e questões de proteção. A maior parte dos deslocamentos são realizados em aviões. A OIM também apoia o Governo Federal na recepção dos refugiados e migrantes nos locais de destino. Representando a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR), André indicou que a agência também apoia o Governo Federal na estratégia de interiorização atuando na modalidade institucional com abrigos nas cidades de destino, acolhendo as pessoas por um período visando buscar saídas autônomas e acesso aos serviços públicos. O Gestor da Assistência Social de Foz do Iguaçu, Elias, destacou que já esteve em Pacaraima (RR) e viu o excelente trabalho realizado pelas Organizações e o Exército Brasileiro, separando a Operação Acolhida do processo de interiorização, pois são diferentes. Quanto ao Programa de Interiorização, o Gestor menciona que Foz de Iguaçu não aderiu, pois o município já possui 3 acolhimentos para adultos, sendo um específico para migrantes e refugiados e auxílios de 1500 reais - que também poderá ser prorrogado, mas que envolve outros processos. Além disso, segundo o painel foram interiorizadas 412 pessoas em Foz do Iguaçu, mas segundo Elias, essas pessoas não aparecem e não realizaram



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

contato com o município, não sendo uma realidade somente de Foz de Iguaçu, pois várias cidades já notaram a incoerência entre a quantidade de migrantes recebidos e os dispostos no Painel de Interiorização. Isabella questionou sobre o diálogo da operação com os municípios, pois se sabe que não houve e isso acarretou em diversas dificuldades por parte dos migrantes no acesso das políticas públicas. Portanto, Isabella questiona se esse diálogo foi aprimorado e se há o acompanhamento e monitoramento das políticas públicas. Outra questão trazida refere-se ao acolhimento em si, pois este não é somente entrega de documentação e inserção no mercado laboral, questionando se o momento pós-interiorização acontece e se há o acompanhamento dessas pessoas quando elas saem das casas de abrigo. Por fim, Isabella questionou sobre as modalidades de interiorização por vagas de trabalhos, se há um monitoramento e acompanhamento das empresas, pois é de conhecimento público que diversas empresas, que além de serem violadoras de direitos humanos, acabam colaborando e propagando violações e xenofobia. A Conselheira Andressa reiterou a fala do Elias e da Isabella, pontuando que Maringá também foi uma das cidades que teve a interiorização no processo de trabalho, porém após o processo de interiorização de 37 venezuelanos por meio da reunião familiar, ocorreram várias situações de violações da empresa com esses migrantes, onde a Transpanorama foi responsabilizada e assinou um termo de ajustamento de conduta. Além disso, a Conselheira Andressa questionou sobre como a Operação Acolhida e o Programa de Interiorização poderiam atuar em outras demandas que implicam os migrantes, pois por exemplo os venezuelanos adentram a fronteira, realizam o processo de regularização migratória - tanto refúgio quanto a residência - e quando escolhem fazer o refúgio houveram relatos da região de Maringá de que ele não pode fazer o seu CPF. Madson, representando a Rede de Venezuelanos no Brasil, também questionou sobre o monitoramento dos processos de interiorização e em como se dá as escolhas de destino dos migrantes, pois há relatos de pessoas que foram obrigadas a irem a cidades que não possuem alguma relação. Portanto, Madson indagou se há estatísticas sobre a mobilização dessas pessoas, pois na realidade a adaptação não é sempre realizada na cidade inicialmente prevista, necessitando assim, um levantamento desses dados. A Conselheira Elizete destacou que muitos dos migrantes destinados à Curitiba chegam e se realocam para a Região Metropolitana - Campo Largo, SJP, Araucária, Almirante Tamandaré e etc -, além dos outros fenômenos migratórios que aumentam a demanda em



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

níveis que a Sociedade Civil não consegue dar conta. Além de que, grande parte dos migrantes da modalidade de Reunião Familiar não ficam muito tempo nos endereços indicados, sendo apenas um modo de saírem de Roraima. Em seguida, Eric, representando o Instituto SENDAS de Maringá, também questionou o Governo Federal referente ao acompanhamento das pessoas que são interiorizadas e sobre quais são as iniciativas do CERMA e demais órgãos sobre a Interiorização Espontânea que o país está vivendo, pois muitos migrantes chegam pelo Acre, Argentina e outras fronteiras, não aguardando os processos da Operação Acolhida. Além disso, Eric questionou sobre quais são as iniciativas de interiorização de pessoas idosas e inclusive das pessoas em situação de rua. Gabriela, representando o CRP, questionou sobre o acolhimento nos abrigos nos municípios de chegada no Programa de Interiorização, pois assim como as denúncias de violações no campo do trabalho, também houveram denúncias de violações e diversos abusos nos abrigos, portanto, indagou sobre como é realizado o acompanhamento nesses dois campos e por quem - Governo Federal, Municípios, Comitês, Ouvidorias e etc. Marluce, via *chat*, perguntou quanto tempo a pessoa está ficando na fronteira até conseguir documento e vir de Pacaraima para Curitiba pela interiorização de Reunião Familiar. Em seguida, Juliana via *chat* perguntou quais são os procedimentos tomados quando o migrante interiorizado, seja por interiorização familiar, social ou trabalho, não é recepcionado por quem se responsabilizou pela acolhida. Por fim, Marluce perguntou via *chat* como melhorar a acolhida com o pós-interiorização na hora de renovar a documentação e as dificuldades de agendar junto a Polícia Federal e as exigências de pagamentos de taxas de vulneráveis. A Presidente Marcia respondeu ao Eric sobre a questão do CERMA, indicando que este é um Conselho de direito onde há uma atuação no controle e monitoramento de políticas públicas, não realizando ações diretas, sendo suas ações a partir do diálogo de fortalecimento com os municípios na perspectiva da política pública. Mônica ressaltou que os objetivos e lutas são as mesmas e todas trabalham para que sejam realizadas da melhor forma possível, sendo difícil falar sobre a resolução de todas as questões levantadas sem uma grande transformação social implicando nas estruturas do país, prioridades, políticas públicas e orçamentos. Além disso, referente a comunicação com os municípios, algumas vezes foram realizadas com sucesso e em outros momentos foram mais difíceis por diversas questões, uma delas é o contingente alocado para atender essa demanda, tendo somente, recentemente uma

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

pessoa específica para exercer essa função de comunicação com os municípios. Ademais, ressaltou que faz-se necessário que as políticas públicas existentes conheçam o público e estructurem estratégias adequadas para atendê-los para que a população migrante de fato possa ser inserida e fazer parte da sociedade brasileira. Referente à questão sobre o solicitante de refúgio não poder tirar CPF, Mônica respondeu que desconhece esses casos, pois possuem direito a toda documentação, inclusive CPF, mas verificará. Sobre o monitoramento e acompanhamento da população interiorizada, como casos de não recebimento pelos responsáveis, Mônica expôs que houve, mas no momento não foram recebidos mais casos como este, solicitando assim que quando houver casos de violação, abuso ou qualquer outro tipo de incoerência, sejam oficializados porque não há como obter acesso e monitoramento de tantas informações. Respondendo sobre a interiorização de idosos, Mônica indicou que realmente é mais difícil o processo com esse público, pois é difícil achar pessoas, abrigos ou grupos que recebam. Por fim, Mônica ressalta a importância das questões serem encaminhadas por *e-mail* para maior controle dos casos. A Presidente Marcia agradeceu imensamente as convidadas e reiterou que o CERMA manterá contato para melhor efetividade das ações ao público migrante no Estado do Paraná.

6. Relato das Comissões, Comissão Eleitoral de 2021 e GT's:

6.1 Comissão Eleitoral: Ana Felícia relatou sobre a Comissão Eleitoral, e que está organizando para que seja realizada a primeira reunião da Comissão na próxima semana. A minuta do Edital já está sendo elaborada para que se possa levar nesta primeira reunião estipulada para que já possa ser publicada na sequência.

6.2 Comissão de Comunicação e Eventos: A Conselheira Andressa estava de férias e não houve reunião da Comissão com o restante dos membros.

6.3 Comissão de Denúncia e Garantia de Direitos: A Comissão não se reuniu, apenas acompanhando a publicação da nota das crianças e adolescentes desacompanhadas no site do CERMA. Referente ao GT de Ocupação que compõe a Comissão, a coordenação realizou uma visita na ocupação em Araucária conversando com alguns migrantes e a população local, sendo aberta uma data posterior para realizar os encaminhamentos e ações necessárias.

6.4 Comissão de Gestão da Informação: Ediane realizou a leitura integral do relato da Comissão. Segue o relato lido em seu formato integral: *“No dia 27 de Setembro de 2021 às 17 horas foi realizada a reunião da Comissão de Gestão de Informação do CERMA estando presentes os seguintes conselheiros e convidados: Elizete Santana (Pastoral do Migrante), Nadine*



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Hyppolite Sylvain (Pastoral do Migrante), Edson Belo Clemente de Souza (Universidade Estadual de Ponta Grossa), Isabel Araújo (PUC/PR), Raquel Fernandes (Universidade Federal do Paraná), Alisson Vinicius Silva Ferreira (Conselho de Psicologia e UNILA). A reunião iniciou-se com as boas-vindas e exposição da pauta: Encaminhamento do Mapeamento de Políticas de Acesso ao Ensino Superior Voltada a Estudantes Migrantes, Refugiados e Apátridas; As Universidades e Centro Universitários Participantes do CERMA; Informes Gerais. Pauta 1 - Apresentou-se a lista das universidades integrantes do CERMA que participarão do mapeamento das universidades paranaenses sobre o acolhimento e a inserção de migrantes, refugiados e apátridas no contexto universitário. A listagem das universidades com respectivos responsáveis integrantes do CERMA e representam cada universidade participante. Ofício a ser encaminhado pelo CERMA e modelo de formulário já discutidos e aprovados anteriormente pelos integrantes da Comissão. Serão encaminhadas à Secretária do CERMA, Sr. Jane, para que sejam feitos os encaminhamentos necessários às Universidades participantes no mapeamento proposto. Pauta 2 - Foi mencionado o processo de eleição do CERMA a ser realizado mais adiante, bem como a necessidade de fazermos um chamamento durante a reunião geral do CERMA sobre proposição de fomento a formação de uma rede universitária para fortalecer as políticas empreendidas de acesso e permanência de estudantes migrantes, refugiados e apátridas. Esta rede deverá ser constituída por instituições de ensino superiores públicas e privadas que agreguem docentes e discentes em desenvolver ações no âmbito da pesquisa, do ensino e da extensão. Assim foi sugerido e aprovado que a Professora Isabel Araújo apresente a relatoria e conclame o CERMA ao fomento da criação da Rede de Universidades sobre a égide da temática defendida com início ainda neste ano. Nada mais a ser declarado, se deu por encerrada a reunião da Comissão. Curitiba, 27 de Setembro de 2021.”. A carta para as universidades já foi enviada para a Secretária Executiva Jane e será encaminhada com cópia para as (os) integrantes do CERMA. **6.5 Comissão de Monitoramento de Políticas Públicas:** A Comissão continua voltada para a elaboração e desenvolvimento do plano, também foi realizada uma oficina com as Secretarias com a OIM/ACNUR a respeito da construção de indicadores e metas, pois isto estava sendo uma dificuldade para as Secretarias preencherem esses campos. Ana Felícia complementou que foi recebida a resposta da SESP com os indicadores e serão analisados e levados para a próxima reunião. Além disso, em relação aos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

orçamentos, houve previsões de ações que abarcam as questões migratórias em suas LOA's. **7. Atendimento e agendamento na Polícia Federal:** Ediane inicialmente ressaltou a alta demanda e fluxo de migrantes que já atingiram junho de 2022 na arquidiocese, atendendo cerca de 200 migrantes de Londrina e 400 da Região, tanto nas questões de documentação quanto nas demais. Portanto, a dificuldade de acesso às documentações necessárias estão afetando diretamente o acesso a outros direitos, mesmo que na legislação esteja disposto que os refugiados e migrantes possuem os mesmos direitos que os brasileiros, na prática o atendimento é outro. Houve uma troca de delegado e de equipe na Polícia Federal de Londrina, além de uma reunião com o pessoal da Defensoria Pública de União e com a Promotora Suzana, agilizando os processos e articulações. A questão da não-emissão dos CPFs afetaram principalmente a população venezuelana. Outra questão trazida foi sobre a solicitação de declaração de hipossuficiência, pois esse pedido não está sendo concedido na maior parte das Polícias Federais e sem critérios claros. Isabella expôs que, tendo em vista que as questões da Polícia Federal já são tratadas há muito tempo no Conselho, sugere que fosse realizada uma reunião do CERMA e principais instituições que trabalham com a temática em conjunto com o Ministério Público e a Defensoria Pública da União para apresentarem o que está acontecendo e posteriormente outra reunião dos órgãos supracitados com a participação da Polícia Federal. Em caso de não possibilidade da PF, faz-se necessária uma articulação do MPF e da DPU em aspectos judiciais de fato. O encaminhamento foi aprovado pelo pleno. **8. Reunião Familiar dos Haitianos:** Luiza contextualizou que há uma Ação Civil Pública (ACP) no Rio Grande do Sul que saiu em liminar concedendo que haitianos viessem para o Brasil sem visto. Diante desta concessão, muitos haitianos indagaram se isso poderia se aplicar aos seus casos, porém, não se forma uma jurisprudência robusta e o CERMA deverá emitir uma nota esclarecendo os pontos para uma melhor decisão dos migrantes. Isabella ressaltou que essa decisão se refere apenas ao Rio Grande do Sul, não havendo extensão dos efeitos a nível nacional. Ao mesmo tempo, existem atuações por parte de agências de turismo no sentido de realizarem listas com os nomes de haitianos para que eles possam proceder com a facilidade de trazer pessoas do Haiti para o Brasil, sendo que não existe ainda uma decisão a nível nacional, o que acaba colocando a viagem e a segurança destas pessoas em risco. Outra questão trazida foi de que há muitos haitianos buscando informações em diversas instituições e



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

advogados para que ingressem com demandas individuais, sendo uma demanda delicada justamente pela segurança dessas pessoas. A partir disso, entende-se a importância do CERMA elaborar uma nota explicativa contextualizando essas questões judiciais visando uma migração segura, principalmente por envolver crianças e adolescentes. O encaminhamento foi aprovado pelo pleno. **9. Protocolo de Solicitação de Apoio e Garantia dos Direitos dos Refugiados e Migrantes Internacionais em Maringá:** Ana Felícia esclareceu os motivos deste protocolo ter sido encaminhado para o CERMA, pois embora ele tenha sido direcionado para que a SEJUF criasse políticas públicas, este Conselho possui atribuições de acompanhamento e proposição de políticas públicas, sugerindo que o protocolo seja encaminhado para a Comissão e que já seja feito o encaminhamento da Nota para os municípios justamente para o atendimento da população da região por direitos - SUS, SUAS e demais políticas de assistência - dos migrantes, refugiados e apátridas. O protocolo será encaminhado para todas as pessoas que compõem a Comissão de Monitoramento. **10. Informes:** Ana Felícia informou que foi recebido há duas semanas uma solicitação verbal de esclarecimentos junto ao Ministério Público de que alguns conselheiros ou conselheiros buscaram o MP referente a inércia da Secretaria de Justiça diante dos andamentos necessários para implementação do Plano Estadual - os esclarecimentos já foram apresentados ao Ministério Público. Ana ressaltou que tudo que está ao alcance da Secretaria de Justiça e desta coordenação vem sendo feito, as articulações vêm sendo realizadas dentro das possibilidades da coordenação que possui uma única técnica e uma residente técnica que auxilia tanto o CEIM quanto a coordenação. O Plano Estadual está dentro das previsões legais e apesar da pressa e ansiedade de que todos e todas possuem, infelizmente existem burocracias que são necessárias, onde cada Secretaria tem suas especificidades e prazos, onde poderão atrasar por falta de equipe técnica ou por vezes, falta de conhecimento técnico na elaboração, metas e indicadores. Ana Felícia indicou que na próxima reunião do GT irá solicitar a elaboração de um cronograma de previsão, a qual ela gostaria que tivesse a aprovação da plenária na próxima reunião de finalização do Plano Estadual e implementação do mesmo. **11. Encerramento:** Por fim, após o debate das pautas e A realização dos informes, a Secretária Executiva Jane agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião ordinária do mês de Setembro do Conselho Estadual dos



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, FAMÍLIA E TRABALHO

DEPARTAMENTO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E CIDADANIA

Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná CERMA/PR

Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná. A presente ata foi lavrada pelo estagiário Davi da Rosa e revisada pela secretaria executiva Jane Vasques